



CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA – CNPE

MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 20 de abril de 2021

Horário: 15 horas

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, José Roberto Bueno Junior, dando início aos trabalhos discorreu sobre os assuntos da pauta, passando, em seguida, a palavra ao Presidente do CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que inicialmente deu as boas-vindas ao novo conselheiro, o representante do Fórum Nacional de Secretários de Estado de Minas e Energia, Senhor Adão Linhares Muniz, Secretário de Infra Estrutura do Estado do Ceará e a todos os participantes da reunião. Coube cumprimento especial aos embaixadores Otavio Brandelle e Alex Giacomelli, pelo Dia do Diplomata. O Presidente do CNPE destacou a importância desta reunião para o Conselho Nacional de Política Energética e também para o Brasil, vez que serão definidos os parâmetros técnicos e econômicos do leilão dos campos de Sépia e Atapu. Após traçar um panorama da indústria de petróleo e gás natural na esfera global, informou que o Brasil foi o País que mais recebeu investimento mundial nos últimos três anos. Por fim, fez um agradecimento especial à Agência Nacional de Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Pré-Sal Petróleo S.A.(PPSA), a Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Economia (ME), ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e ao Tribunal de Contas da União (TCU) pelas contribuições que irão permear a reunião no dia de hoje. Na sequência passou a palavra ao Secretário-Executivo do CNPE para dar prosseguimento à reunião.

2 – MATÉRIA PARA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

De acordo com os termos regimentais, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Secretário-Executivo Adjunto, Bruno Eustáquio, para suas considerações sobre os parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de Partilha de Produção a serem apresentados ao Conselho, para a licitação dos volumes excedentes ao Contrato de Cessão Onerosa para as áreas de Sépia e Atapu.

Preliminarmente, o Secretário-Executivo Adjunto fez uma síntese do engajamento de todos os envolvidos neste projeto institucional, lastreado pelo art. 9º da Lei 12.351, de 2010, e no Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia, onde cabe ao gestor promover o desenvolvimento da produção de Petróleo e Gás com diversificação dos investimentos, segurança, sustentabilidade e sobretudo competitividade. Ressaltou ainda, a assertiva da decisão, em 2019, do leilão para os campos de Búzios e Itapu.

Iniciou a apresentação falando e sobre o processo e suas premissas, percorrendo todo o trâmite de negociação para se definir a compensação devida à Petrobrás e endossou que transparência, rastreabilidade, atratividade, redução de incertezas e segurança jurídicas foram partes importantes no processo. Reforçou ainda que, este projeto em comento, foi considerado *Leading Case* dentro do Tribunal de Contas da União – TCU, do ponto de vista de estruturação, racional envolvido e toda a análise empregada.

O Secretário-Executivo Adjunto fez menção a dois instrumentos normativos do Ministério de Minas e Energia que regem a Governança neste processo, as Portarias nº 23, de 2020 e nº 493, de 2021, além do registro da participação da PPSA junto a Petrobras para a definição da compensação negociada, bem como o trabalho colegiado da ANP com relação à aprovação de toda negociação realizada. Destacou ainda, o empenho dos seguintes participantes do comitê criado: Ministério da Economia, PPSA, ANP e EPE para aprovar as condições de contorno para as negociações da PPSA.

O Secretário Bruno Eustáquio passou a palavra para a Diretora Heloisa Borges Esteves, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que juntamente com o Ministério da Economia, ANP e PPSA compõem o Núcleo de Suporte à Estruturação do Leilão. A Diretora explanou sobre o processo de estruturação do leilão, todas as etapas dos one-on-ones e seus Market-Souiding, o que resultou no aperfeiçoamento de um modelo de leilão com maior atratividade.

Em seguida, o Diretor Osmond Coelho Filho – Diretor de Gestão de Contratos da Pré –Sal Petróleo S.A.(PPSA), que liderou as negociações com a Petrobrás das participações acordadas e compensação, contextualizou como ocorreu o processo de modelagem de reservatório criado pela PPSA, bem como a apresentação dos *ranges* e negociação das participações aprovado pela Empresa e a sua negociação final com a própria Petrobras, fechando um relatório conjunto, que foi passado para a aprovação da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Após, o Diretor-Geral Rodolfo Saboya, da ANP informou ao CNPE que seria apresentado aos conselheiros todo o processo de homologação da estratégia de desenvolvimento, que resultou na aprovação das participações acordadas, como determina o § 4º do art. 4º da Portaria nº 23, de 2020. Para tanto, foi convocada a Superintendente Mariana Cavadinha, que conduziu o processo na Agência.

A Superintendente fez um relato pontuando os principais pilares da análise realizada pela ANP, quais sejam; a avaliação das Estratégias de Desenvolvimento acordadas e do Relatório Técnico; a Comparação com os PDs aprovados e fatores de recuperação de outras Jazidas Pré-Sal; e as análises de sensibilidade nos modelos de simulação recebidos.

Desta forma, com o conhecimento atual das Jazidas, as participações acordadas, estavam adequadas e em conformidade com as melhores práticas em um *range* aceitável e por meio de uma decisão da Diretoria Colegiada em dezembro de 2020, a ANP aprovou tais participações.

Superada esta fase, o Diretor Osmond, da PPSA, explicou como foi o processo, quando se viu diante da tarefa de negociar com a Petrobrás a compensação devida, seguindo as diretrizes dada pelo comitê propositivo: a atratividade do leilão; os gastos; as receitas; e VPL juntamente com a cláusula de Earn Out, quando finalmente chegou-se ao valor de Compensação coincidente.

Neste momento, a Diretora Heloisa, da EPE, tomou a palavra para apresentar como foi feita a avaliação da evolução das negociações. A EPE, propôs uma métrica, onde foram geradas várias rodadas de simulação de Monte Carlo, que forneceram cenários diferentes de preço do Brent, que geraram diferentes perspectivas de ganho da União, para o Agente e para a Petrobrás, e assim, chegou-se a uma decisão que fosse de fato favorável para a União.

Definida a Compensação e as participações, faltava o valor a ser cobrado pela União, e para isto, o Secretário- Executivo Adjunto, Bruno Eustáquio traçou um comparativo entre a estrutura do leilão em 2019 e a estrutura quantitativa e qualitativa do atual leilão, onde coube registro do impecável trabalho realizado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) no levantamento em 36 países de oportunidades de leilões, constatando que a Cessão Onerosa irá concorrer com 11 países, ressaltando, portanto, a necessidade do *enforcement* na atratividade, diretriz presente em toda as etapas do processo.

Ainda sobre o tema em comento, foi apresentado um paralelo das condições de contorno entre os leilões de 2019 e 2020 em relação ao perfil de critérios, para em seguida mostrar a visão integrada desse projeto, no tocante a Compensação e especialmente ao Leilão.

O Secretário- Executivo Adjunto apresentou as Análises Multicriteriais para as áreas de Sépia e Atapu, passando em seguida para a alternativa de proposição ao CNPE, da forma mais vantajosa, onde foi mostrado o consenso construído por toda a equipe de servidores envolvidos e engajados com a Cessão Onerosa, que irá permitir a transformação dos abundantes recursos naturais em riqueza e bem-estar social e prosperidade para os brasileiros.

Finda a apresentação, O Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, abriu a palavra para eventuais considerações.

O Secretário Especial da Fazenda Waldery Rodrigues, traçou uma linha do tempo da Cessão Onerosa, de 2018 à atualidade, elogiou a atuação da EPE, ANP, PPSA e todas as equipes dos Ministérios envolvidos.

Por fim, reforçou a importância do assunto em questão, pelo ponto de vista energético, fiscal e institucional, lembrando ainda, que talvez tenha sido no conjunto um dos maiores desafios do Governo Bolsonaro.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE realizou a leitura da proposta de aprovação das alternativas de bônus de assinatura e de alíquota de óleo lucro para os campos de Sépia e Atapu. Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade.

A palavra foi dada novamente ao Secretário-Executivo Adjunto, que por meio do slide - Comparativo dos Leilões -, reiterou a importância do trabalho de todos os envolvidos. E apresentou, por fim, o Cronograma Indicativo do Leilão ao Conselho.

Na sequência, passou a palavra ao Presidente do Conselho, Ministro Bento Albuquerque, que manifestou sua gratidão a todos os envolvidos e a dedicação a este projeto. Destacou a importância no papel desempenhado pelo Presidente Bolsonaro, na condução do processo, o que permitiu a transparência, a organização, que resultou neste trabalho apresentado. A palavra ficou aberta para manifestação dos conselheiros.

O Ministro Paulo Guedes, do Ministério da Economia, reforçou o elogio a toda equipe envolvida e à coordenação que o Ministro Bento implementou por todo o esforço feito, permitindo a governabilidade no primeiro ano, na perspectiva de reforçar o pacto federativo com recursos para os estados e municípios.

Enfatizou ainda que, a forma serena conduzida pelo Ministro Bento, é a garantia de que vamos avançar cada vez mais simplificar o sistema de concessão. Certificou ainda, que com o avanço da energia elétrica e a matriz energética cada vez mais limpa, será possível transformar nossas riquezas naturais em educação para a população brasileira.

Na sequência, o Ministro-Chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, como seus os antecessores, registrou o compromisso do Governo Bolsonaro com as gerações futuras, corroborou que o trabalho realizado é um legado do governo e do CNPE para a sociedade e novas gerações.

Finda as considerações, o Secretário-Executivo do CNPE, passou a leitura da Resolução. Abriu a palavra para contribuições, não houve manifestação, os membros do Conselho aprovaram por unanimidade.

Dando continuidade aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CNPE passou para a análise da Resolução que determina a realização de estudos para proposição de diretrizes da Estratégia Brasileira para Hidrogênio. Para falar sobre o assunto, foi chamado o Secretário de Planejamento Estratégico (SPE), Paulo Cesar Magalhaes Domingues, que iniciou a apresentação com o dado importante, lembrou que o Brasil é reconhecido internacionalmente no campo de energia limpa, sustentável e acessível. Sendo os esforços nestas áreas reconhecidos pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), quando escolheu o Brasil como um dos países líderes da transição energética.

Em seguida o SPE apresentou a proposta de Diretrizes para um Programa Nacional do Hidrogênio, que serão definidas no prazo de 60 dias, visando estabelecer e orientar a estratégia de estabelecimento de um mercado produtor e consumidor de hidrogênio no Brasil.

O Secretário classificou e descreveu as rotas do Hidrogênio, bem como a versatilidade do seu uso final. Apresentou as estratégias adotados por outros países no mercado internacional e afirmou que agora é o momento oportuno para transformar o Brasil em protagonista na economia do Hidrogênio, não só como exportador, mas também com um grande mercado consumidor, além de constituir um mercado relevante, aproveitando as vantagens competitivas brasileiras.

Na continuidade, o Secretário-Executivo do CNPE fez a leitura da proposta de resolução e concedeu a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições.

O Ministro Paulo Guedes, elogiou a iniciativa do Ministro Bento, de apresentar esta Proposta de Programa, vez que temos potencial para sermos um dos grandes produtores de Hidrogênio.

Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a resolução proposta.

Dando prosseguimento, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Secretário de Petróleo, Gás e biocombustíveis, Jose Mauro Ferreira Coelho para apresentar a Resolução que institui o Programa Combustível do Futuro.

O Secretário iniciou a apresentação informando as motivações para a criação do Programa em pauta, a necessidade da criação de um Comitê Técnico, denominado Comitê Técnico Combustível do Futuro, relatou ainda o trabalho realizado para integração de Políticas Públicas e avançou comentando os pontos principais e os vários eixos temáticos, que serão visitados pelo Comitê.

Finalizou com o entendimento de que o Programa Combustível do Futuro é um programa que objetiva propor medidas para incrementar a utilização de combustíveis sustentáveis e de baixa intensidade de carbono, bem como a tecnologia veicular nacional com vistas à descarbonização da matriz energética de transporte nacional.

Assim sendo, o Secretário-Executivo do CNPE, passou a leitura da Resolução. Aberta a palavra para contribuições, não havendo manifestação, ato contínuo os membros do Conselho aprovaram por unanimidade.

Imediatamente, passou para a Resolução que revoga, no âmbito CNPE, outras Resoluções exauridas no tempo, em cumprimento aos arts. 8º e 14, inciso III, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre revisão e a consolidação os atos normativos inferiores ao Decreto, por se tratar de matéria sem contribuição, passou-se para a aprovação, que contou com a anuência de todos os conselheiros.

3 – ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, informou a existência duas Resoluções editadas nos casos de urgência e relevante interesse: Resolução nº 3, de 8 de abril de 2021, que estabelece diretrizes para a realização da Segunda Rodada de Licitação sob o regime de Partilha de Produção para os volumes excedentes aos contratados no regime de Cessão Onerosa nas áreas de Sópia e Atapu; e Resolução CNPE nº 4, de 9 de abril de 2021, que estabelece como de interesse da Política Energética Nacional a redução do teor de mistura obrigatória do biodiesel fóssil de 13% para 10%, no 79º Leilão de Biodiesel.

Comunicou que foi encaminhada previamente para apreciação dos Conselheiros, a minuta da Memória da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2021, e como não houve nenhuma manifestação dos Conselheiros, considera-se aprovada a Memória por unanimidade.

O Secretário Marcelo pediu a palavra para agradecer a Resolução nº 4 que veio reduzir o percentual de biodiesel no diesel, uma decisão que veio em um momento delicado de manutenção do preço do diesel, especificamente para a categoria de caminhoneiros.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE, passou a palavra ao Presidente do Conselho, Ministro Bento Albuquerque, para suas considerações finais.

O Presidente do CNPE concedeu a palavra ao Secretário Adão Linhares Muniz, representante dos Secretários de Minas e Energia dos Estados e Distrito Federal que parabenizou as iniciativas apresentadas, ressaltou a importância da Cessão Onerosa e o trabalho realizado pelas equipes. Fez ainda, destaque ao estado do Ceará, que foi protagonista nos parques eólicos, confirmando o potencial em termos de energia renovável.

O Presidente do CNPE agradeceu as palavras do Secretário Adão Linhares, para em seguida expressar novamente o agradecimento às participações da Agência Nacional de Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Pré-Sal Petróleo S.A.(PPSA) e a Petrobras que teve papel fundamental para se chegar no modelo apresentado. Agradeceu, ainda, pela presença do General Augusto Heleno, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, com registro do agradecimento a todos os presentes